

Cam. 419 $\frac{3}{v}$

12

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Separata do «Boletim da Segunda Classe», volume XII

O VILANCETE DE LUÍS DE CAMÕES

AOS

OLHOS-GONÇALVES

O IMPERFEITO DO CONJUNTIVO DA LÍNGUA LATINA

E SUA EVOLUÇÃO PORTUGUESA
PARA INFINITO PESSOAL

POR

CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS

Sócio correspondente



COIMBRA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

1919

LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF TORONTO

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

OLGA-CONALVEZ

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY



UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

COMPRA Cam. 419-3-v

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

Separata do «Boletim da Segunda Classe», volume XII

O VILANCETE DE LUÍS DE CAMÕES

AOS

OLHOS-GONÇALVES

O IMPERFEITO DO CONJUNTIVO DA LÍNGUA LATINA

E SUA EVOLUÇÃO PORTUGUESA
PARA INFINITO PESSOAL

POR

CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS

Sócio correspondente

P.c. 152453



COIMBRA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE

1919

Carta ao ex.^{mo} sr. professor José Maria Rodrigues

Ex.^{mo} Sr.

Permita-me que lhe comunique algumas reflexões minhas assim como alguns factos por mim respigados, relativos a dois dos últimos problemas estudados por V. Ex.^a em tratados académicos, de que gentilmente me ofertou exemplares com dedicatória penhorante. Embora logo os percorresse com vivo interêsse, conforme sabe pelos meus cartões de agradecimentos, só agora, nas férias grandes, cheguei a ocupar-me deles com a devida atenção.

O estudo renovado de assuntos ¹, dos quais eu já me occupára independentemente, repetidas vezes ², mas que V. Ex.^a focou de outro modo, conduziu-me, como francamente confesso, a modificar ou rectificar opiniões outrora formadas, gíngindo-me em grande parte às interpretações dadas por V. Ex.^a

Isso vale sobretudo do problema importante da gènese do *Infinitivo pessoal, flexionado, ou variável*, da lingua portuguesa.

Pela investigação arguta e laboriosa de V. Ex.^a ela ficou *definitivamente solucionada* no sentido que o Imperfeito do conjuntivo da lingua latina

laudarem-monerem-audirem,

julgado perdido em todas as linguas neo-latinas, se manteve em portuguezs, e chegou, ainda em tempos prehistóricos, pela simples omissão da conjunção *que*, a exercer sintacticamente funções de infinitivo, sem sofrer outras alterações fonéticas do que as normais,^{2b} produzindo v. g. as fórmulas

a eu louvar ³
a (tu) louvares
a ele louvar
a (nós) louvarmos
a (vós) louvardes
a (eles) louvarem

como sinónimos ou equivalentes de

se eu louvar
que tu louvares, etc.

Estou certa que aos meus aplausos se unirão dentro em breve, os de todos os Romanistas—alguns dos quais já haviam dirigido as suas pesquisas pela mesma vereda, conforme mostro nas páginas explicativas destinadas a acompanhar esta carta.

Quanto aos *Olhos-gonçalves* e o *Coração-mendes* do Vilancete de Luis de Camões, não concordo incondicio-

nalmente com V. Ex.^a Mesmo as rectificações, dignas de atenção, do texto camoniano, não me satisfazem plenamente, comquanto eu não as saiba substituir por outras melhores. A fôrma verbal *apunha* admite, a meu ver, outra explicação.

Comentando a origem do gracejo, um tanto esdrúxulo, do Poeta que se lembrou de personificar ou individualizar o seu coração amante, e igualmente os belos olhos amados da sua dama, considero como ponto de partida ou germe da ideia o emprego de *mendes*, como já preexistente, explicando esse, em harmonia com V. Ex.^a, como motivado pela paronímia de *Mêndes* < *Meendes* < *Mẽendes* < *Menendiz* e *mêndes* < *mẽdes* < *métipse*.

Quanto à escolha do patronímico *Gonçalves* — e não de *Ramires*, *Antunes*, *Esteves*, ou outro qualquer — para os olhos feiticeiros da dama, derivo-a, conjecturalmente apenas, de um caso histórico, coevo, familiar e compreensível aos Quinhentistas, comquanto desconhecido a nós, que estamos afastados d'ele de mais de três séculos; inteligível todavia por ter paralelos em figuras dos nossos dias.

Principio com esse problema por elle ter sido cronologicamente o primeiro que me veio às mãos.

Á procura de um ponto de união entre o Infinitivo nacional e o Coração-mendes (sem cuja existência eu não ia referir-me numa mesma carta a dois temas tão diversos) encontro-a na estrême e democrática liberdade e originalidade, com que os Portugueses tratam os materiais da sua lingua, attribuindo funções de *infinito*

ao *finito*, de *substantivos* a *formas verbaes*, de *nomes-proprios* a *apelativos*, e vice-vérsa de *apelativos* a *nomes-proprios*; numa palavra, utilizando como matéria-prima, muito sua, e sujeita por isso a todos os seus caprichos e invencionices, matérias linguísticas já configuradas ou cunhadas pelos antecessores de há séculos.

Oxalá V. Ex.^a não se aborreça com os vãos da minha fantasia filológica!

Em todo o caso creia na subida consideração com que me subscrevo

De V. Ex.^a

admiradora sincera

Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

Águas Santas da Maia,
Agosto de 1918.

I

O VILANCETE DE CAMÕES
À SENHORA DOS OLHOS-GONÇALVES

O Vilancete cujo *Motê* (ou seja cuja *Tenção*) diz brincando alegremente

Com vossos olhos gonçalves,
senhora, captivo tendes
este meu coração mendes,

não foi dirigido pelo autor dos *Lusiadas* a qualquer fulana Gonçalves.

A epigrafe *A hũa foã Gonçalves* fôra, julgo, suggerida aos coleccionadores quinhentistas de poesias camonianas pelo verso inicial. E dos cancioneiros de mão a tirou, sem lhe tocar, o benemérito e consciencioso publicador da edição-príncipe das *Rimas*: Fernão Rodrigues Lobo Soropita, que ao mesmo tempo erudito humorista.

Nisso concordo com o illustre Académico que tão proficientemente se occupou do assunto. Não que eu ache indigno do Poeta o modo de dizer *a hũa foã Gonçalves*, — *a hũa foã dos Anjos* ⁴. Quando como *Trinca-fortes*, que convivia em Lisboa, *de varias flamas variamente ardendo*, com muita ralé baixa de matantes e espadachins, e tambem depois na India, êle serviu-se frequentemente de termos familiares, e mais que familiares. Não nas suas obras-primas líricas, altisoantes,

petrarquescas, de platónico idealismo, eternamente belas. Claro que é apenas nas Redondilhas de ocasião, ou de sociedade, e entre os Sonetos de tal procedência, que ha mais de uma futilidade insignificante, e nelas mais de um termo vulgar realistico, baixo, de rua ou de taberna, ou da moda (como o *taibo* relativo ao nosso Vilancete).

A par dos melancólicos Sonetos a Natercia ha por exemplo um bastante rude a certa *Graça de Moraes* — engraçadissima, talvez mas de pouca *moralidade*. — A par das suaves Endechas, não a Natercia, mas a uma Barbara captiva, ha quadras a respeito de um «três de paus», e «galinhas de recheio», e as «abas grandes do seu chapéu»⁵. Nos Autos e nas Cartas em prosa então, de estilo muito humano, notam-se, naturalissimamente, bastantes ditos frívolos sobre damas... de aluguel, ou celestinas da côrte, e palacianas que «contas na mão e o olho ladrão são camaliões quanto ao character»⁶.

É, pelo contrario, o próprio contexto dos versos galantes do Vilancete que mostra às claras que o apelido ou cognome, *aposto* zombando aos olhos feiticeiros — quer claros⁷, quer escuros — da dama que o Poeta ia celebrando⁸, e da mesma maneira o sobrenome qualificativo dado ao seu terno coração, não são os verdadeiros nomes civis de ambos, mas apenas alcunhas poeticamente fantasiadas.

Luis de Camões fala em seu próprio nome quando diz

Eu sou boa testemunha
que Amor tem por cousa má
que olhos, que são homens já,
se nomeiem sem alcunha.

Logo documentarei essa minha afirmação.

Mas porquê chama *Mêdes* ao seu coração? e porquê *Gonçalves* aos olhos?

Quanto a *Mêdes*, as conjecturas de J. M. Rodrigues são também as minhas.

Afasto-me delas sómente quanto á cronologia.

Se elle é de opinião de um lado que *Mêdes* é réplica a *Gonçalves* (porque é este nome que no *Mote* e na *Volta* surge em primeiro lugar?) e pelo outro lado que a escolha do patronímico *Gonçalves* é completamente arbitrária, mero capricho, eu penso que *Gonçalves* (e não *Ramires*, *Fernandes*, *Henriques*) foi escolhido muito de propósito como contra-nome de *Mêdes*, que preexistia, e já fôra empregado no mesmo sentido em que Luís de Camões o utilizou.

O pronome indefinido *mendes* (de *mêdes*) usado até 1600⁹ — pronunciado *mêndês medês* por uns, e *mêdes mêndes* por outros, aproximado e depois idêntico do patronímico *Mêndes* de *Menendici*, não é de resto, de significado tão vago como se diz no estudo citado (à vista de exemplos documentais extraídos das obras de Gil Vicente e Jorge Ferreira de Vasconcellos¹⁰).

Tal qual o étimo latino *met-ipse* — com acento provavelmente oscilante — *medês mêdes* equivale a *próprio, por excellencia, em grau superlativo* (alemão: *selbsteigen, leibhaftig, in eigener Person*). E já tinha passado a servir de patronímico antes de 1550, numa conhecidíssima criação cômica.

De balde procurei a razão porque o douto Camonista, tratando de *mendes*, não se referiu à *Mofina Mendes* do fundador do drama nacional¹¹, figura simbólica que é a *Desgraça, o Desastre em pessoa*, — o *próprio Desastre* (*Unstern, Unglück, Pech*) de raizame internacional, quer Gil Vicente lhe inventasse o nome português tão característico, quer já antes d'elle o tivesse criado algum popular, dotado de faculdades configuradoras, como mero tradutor livre embora de um nome estrangeiro¹².

*

Deixando os pormenores filológicos para o fim, passo ao termo *Gonçalves*, depois de haver dito que não acredito em actos absolutamente arbitrários. Penso que todos são motivados:

É por esdrúxula que seja a ideia de personificar qualquer objecto, applicando-lhe um nome-próprio, a escolha do nome-próprio deve ter motivação em cada caso. Basta lembrarmo-nos de exemplos como um *hercules*, um *lazaró*, um *narciso*, ou um *paio* (*pacio* — *peaio* — *Pelaio*, ou asturiano rechonchudo), um *simão*, um *res-telo* etc. E um *Camões*! — nome que, parece, depois da desgraça do poeta, foi dado em Lisboa ao *zarolho* em geral ¹³.

Em *simão* houve fusão do lat. *simius* (francês *singe*) e do nome-próprio hebraico. Em *mêndes* houve, como sabemos, fusão de *metipse* e de *Menendici*.

Mas a origem de *gonçalves*? embora na mentalidade do poeta o *coração mênides* provocasse a invenção de tal patronímico para os olhos, isso não tira que a escolha deva ter tido um impulso causador, especial, repito-o.

Outrora imaginei que *gonçalves* fôra preferido por ser nome susceptível de interpretação (*deutungs-fähig*) ¹⁴. Procurei a ideia que se podia achar nêle. E encontrei a formula *com-salves* = *com saudações*, *com cumprimentos afáveis*, baseando-me em numerosos casos em que Luís de Camões e os seus coevos e imitadores brincam ora com prenomes como *Lianor*, *Doroteia*, *Violante* ¹⁵, ora com apelidos como *Soares*, *Moraes* ¹⁶. Mas de ha muito pus de parte essa tentativa tentadora, porque *com salves* não é *gonçalves* (e o próprio *salve-s*, plural de *salve!* não é muito usado), mas principalmente porque no texto da *Volta* não ha nada que confirme tal interpretação do Mote.

Hoje penso que nos *olhos-gonçalves* ha alusão a uma pessoa distinta dêsse nome, desconhecida à posteridade, mas de fama resplandecente nos círculos que Luís de Camões frequentava antes da partida para a Índia, e sobretudo antes do desterro a Ceuta.

Onde quer, mesmo num país tão rico como Portugal em olhos formosos, iguais a diamantes pretos, sempre deve haver em cada tempo e espaço restricto, um par que sobreleve a todos os mais em tamanho, côr, vida e expressão, e por isso se torne proverbial.

Que maravilha se em Lisboa os *olhos-gonçalves* fossem um dêsses pares?

Para tornar aceitável a hipótese, eu deveria comtudo apontar pelo menos mais outra referênciã literária, e coeva dêles, bem o sei. Como isso não me fôsse dado, até o dia de ontem, vou falar, só de expediente, de alguns olhos de beleza proverbial, mas não de Lisboa.

Uns, pretos e rasgados, excepcionalmente formosos, há-os hoje no Porto. Muitos compreenderiam quem lhes falasse de *olhos-henriques*.

Em Berlim conheci outros azues, de fama geral em toda a Alemanha; os olhos de aço fulgurante do titão tentónico que se chamava Bismarck, tão faiscentes de luz que no vulgo, tão irónico e «dizedor», da capital, corria a adivinha: «Qual é cousa, qual é ela, que entre as belas é a mais bela?» Com a solução: «Os olhos do nosso Bismarck»⁴⁷.

E entre as minhas amigas havia — e oxalá haja ainda — uma que os possuía igualmente azues e fulgurantes — razão porque gracejando, ora benévola, ora malévola, aludiamos sempre aos seus *olhos-bismarck* (*Bismarck-Augen*).

Pois bem, se algum dos seus admiradores, adoptando o termo composto, houvesse ofertado a esses *Bismarck-*

Augen digamos o seu *Coração-Macias*, recordando-se da fama secular do illustre Namorado galiziano ¹⁸, êsse poderia ter escrito, imitando o' Camões :

Herrin Ihr, mit Bismarck-Augen
macht zum Sklaven, nicht im Scherz
mein zärtliches Macias-Herz ¹⁹.

Outros, se a sua amada, igual à *Lotte* de *Werther* (Goethe), tivesse olhos pretos, apesar dos cabelos loiros e têz branquíssima, teriam substituído *Bismarck* e *Macias*, falando de *Lotte-Augen* e *Werther-Herz* ¹⁷.

A par com os *Bismarck-Augen* havia outros, escuros, afamados — os da grande cantora Paulina Lucca: tão pretos e tamanhos e tão faladores que um pasteleiro da côrte inventou — *risum teneatis amici* — uns doces apeteceidíssimos cobertos de chocolate com o nome de *Lucca-Augen*.

Terei acertado? Talvez.

*

Vejamos agora o texto, com quanto isso não nos ajude nada na solução dos problemas.

No Mote não ha dificuldades. Ele contém *in nuce*, como sempre, o conceito destinado a ser desenvolvido na Volta.

O coração (*mendes*) do poeta — *cor cordium* como Shelley ²⁰ — foi cativado, preso, enfeitado pelos olhos (*gonçalves*) da dama.

Nem tão pouco ha dificuldades de maior na quadra que forma, como tambem é regra à qual os Quinhentistas se costumam cingir ²¹, a parcela obrigatoriamente nova na parafrase da Volta.

Ha nela todavia um ponto que, desatendido pelo comentador, merece ser illustrado. O Poeta confessa, nos versos que já transcrevi, ser *boa testemunha* de como olhos já homens, olhos de homem como os dêle, os seus olhos portanto, são alcunhados com sobrenomes, ora maos, de invectiva, ora bons e acarinhadores — e que nesse último caso, que é o dêlé, foram invenção do próprio Amor.

A prova? Dou-a, lembrando ao leitor que pelo menos três daquelas fúteis e realísticas mas engraçadas Rondilhas, a que me referi mais acima, são tecidas positivamente em torno de *alcunhas* que foram *apostas* a Luis de Camões, entre 1549 e 1553, pouco depois do seu regresso de Ceuta — *apostas*, o que é mais, aos olhos dêle!

Esses pobres olhos que a fúria rara de Marte ferira com infesto fogo²² e que assim danificados, aleijados, maltratados, provocaram naturalmente mais de um dito compassivo; mas tambem mais de um môtejo impiedoso²³.

Piedosa alcunha, embora escondendo lágrimas sob risos, *aposta* portanto pelo Amor, encarnado no coração carinhoso de uma mulher, seria — talvez! — a de *Cara-sem-olhos* ou simplesmente *Sem-olhos*. A esparsa em que ocorrem ambas as formulas nem é triste, nem alegre²⁴. Parece ser mera galantaria palaciana, e jogo de palavras:

Sem-olhos vi o mal claro
que dos *olhos* se seguiu,
pois *Cara-sem-olhos* viu,
olhos que lhe custam caro!
D'*olhos* não faço menção,
pois não quereis que *olhos* sejam: ²⁵
vendo-vos, *olhos* sobejam,
não vos vendo, *olhos* não são.

Outra dama, mais folgazã, ou a mesma num momento de maior hilaridade, chamou *Diabo* ao Poeta — quando (imagino eu) êle ainda levava venda ou antifaz preto na cara. E essa titulatura inspirou-lhe umas voltas muito graciosas ao Mote, tambem já citado

Pois, senhora, me chamaes
tão sem razão tão mau nome,
ainda o diabo vos tome ²⁶!

Em outro ensejo o Poeta lhe fez a Esparsa risonha:

Não posso chegar ao cabo
de tamanho desarranjo,
que, sendo vós, senhora, *anjo*,
vos queira tanto o *diabo*!
Dais manifesto sinal
da minha muita firmeza, ²⁷
que os *diabos* querem mal
os *anjos* por natureza.

Seria dessas alcunhas que o poeta, como boa testemunha, se lembrava ao improvisar o Vilancete à Senhora dos olhos-gonçalves, no qual lhe pede que agora lhe aponha ela a nova alcunha de *Coração-mendes* — *cordium*?

Entendo que o sentido fica assim mais claro.

Nos três últimos versos do Vilancete (*abba acc*), que formalmente caracterizam a espécie, sendo quanto ao conteúdo um regresso ao Mote, ha porém evidentemente deturpação. Eles são a *crux criticorum*. Sobre-tudo os versos 5.º e 6.º que devem ligar a ideia expressa na Quadra à expressa no Mote.

Na lição de 1595 eles dizem, depois de os interpretarmos pela pontuação

pois o coração apunha
e diz: «Olhos pois vós tendes,

e na lição emendada pelo Ex.^{mo} Sr. J. M. Rodrigues

E pois coração a punha
diz: —

Francamente, nenhuma das duas *me* satisfaz. A sintaxe sai aleijadinha, de apertada; em absoluto, na redacção antiga; pouco menos na moderna. Concorde em que *Olhos* é vocativo; *pøder* ou *apøder* precisa de complemento directo; esse, só pode ser o pronome *a*, referido a *alcunha*. Mas o duplo *pois* é feio; *coração* sem artigo (a não ser vocativo) é desusado; e acho inútil a emenda *apunha*, por '*apunha*, como eu quero lêr, entendendo a *apunha*, supondo houvesse contracção de duas vogais idênticas numa só, como centenas de vezes em *alma* por a *alma*, *todo* por *todo* o²⁸.

Tentando explicar o duplo *pois*, e procurando também o nexó indispensável entre a quadra e o resto, imaginei, não-olhando para a letra transmitida, que o terceto havia de conter a réplica, por assim dizer, do coração do Poeta aos olhos da dama. «*Pois* (no sentido de *por isso*) — replicava e dizia o meu coração — pois vós, olhos da minha amada, já recebestes *alcunha* (aquella que meu coração ou o meu amor vos deu), dai-me vós agora em troca, a mim, cujos olhos também já tem sobrenome, o de *coração-mendes* ou *cor cordium*».

Mas cada vez que torno a olhar para o texto, estaco, e não sei destilar esse sentido da letra transmitida. Nem tão pouco sei dar a esse sentido um teor que não se afaste demasiado da letra deturpada.

Cingindo-me de novo a ela, como devo, aceitando as leves e judiciosas propostas de emenda (menos a que toca em *apunha*) prefiro então entender: «É visto que o meu coração já tem dado (= aposto) *alcunha* conveniente aos vossos olhos (*alcunha* elogiosa, bem se vê),²⁹

êsse diz-lhes agora que d'aqui em deante o tratem de *cor cordium*». Não gosto, nem mesmo supondo que *cor cordium* fôsse a devisea que Luis de Camões escolhera para si, porque a linguagem dos olhos, por significativa que seja, não é linguagem que se ouça ³⁰.

Quanto ao vocábulo *apunha*, acho natural que nêles procurassem e ainda procurem um presente do indicativo (3.^a pess.), visto que esse verbo está ligado a *diz*, quer pela conjunção copulativa, quer como oração principal à subordinada por meio da conjunção *pois*. Comtudo nem o arcaico *punhar* = esforçar-se ³¹, do latim *pugnare* (lidar, batalhar, boxar) nem um composto dêle como *empunhar* ³² (*impugnare*) ou *apunhar* (*adpugnare appugnare*) dá sentido que contente. Nem eles existem como termos correntes da linguagem de Camões. Supondo que *apunha* está por *opunha*, também não vamos adeante, por não ganharmos o tal presente do indicativo.

Não sendo presente de um verbo em *-ar* ³³, *apunha* só pode ser o imperfeito do verbo irregular simples *pôr* — *põer ponere* ³⁴, ou antes do seu composto *apôr*, o qual eu de propósito tenho empregado diversas vezes neste ensaio. *Apõer cognomes a alguém*, e também *apõer culpas a alguém*, e *apõer apostilas de mal dizer* a textos genealógicos, era, e talvez ainda seja, usadíssimo em Portugal — quasi instituição nacional ³⁵.

No nosso verso maltratado entra todavia muito mal um imperfeito. Tratando-se do passado, daquilo que o coração já tinha feito, entendo que *apôs* ou *tem aposto* seria mais correcto. Só se o Poeta pretendia afirmar que o coração tinha por costume *apôr* nomes! — o que é pouco provável. Resta por tanto a hipótese de que, necessitando de rima verbal para *alcunha* êle escreveu *apunha* por *apôs* — liberdade desculpável num improviso sem importância, mas de que mal haverá exemplos em Camões.

*

De *mêndes* eu não falaria se não houvesse um ponto escuro na sua evolução fonética, o qual de resto já tentei esclarecer mais acima lacónicamente. Claro que provêm de *met ipse*; mas as línguas-irmãs em que subsiste, conhecem apenas paralelos com acento no *i* subido a *e* (prov. *meteis medeis*; catalã *mateix*) em harmonia com a acentuação usual latina ³⁶. A êles corresponde *medês*; e essa é a única forma nacional que posso documentar em português arcaico, até 1500. Com *e fechado*, correctamente ³⁷, como se vê, por exemplo, num passo do Cancioneiro de Resende e em muitas das Cantigas de Santa Maria de Afonso o Sabio, onde rima com *três*, *cortês mês* (mense) e *prês* (prehensit) ³⁸.

Mas como explicar então a substituição do arcaico *medês* por *mêndes* no século XVI? ³⁹

Não havendo documentação de *mêdes* (nem tão pouco de *mendês*) devemos entrar com conjecturas, tentando também explicar por que motivo ambas as formas desapareceram.

Sendo o acento a alma da palavra, o seu centro de gravidade, cada alteração dêle em palavras populares é excepção, cujo motivo temos de apurar.

Em *met ipse* houve talvez, repito o que já disse, acento oscilante. O acento secundário que recaia no separável e quasi independente *met* ⁴⁰, era tão forte que produziu em Portugal, onde a diferença entre tónicas e átonas é muito grande, a dupla pronúncia *medês* e *mêdes*, sendo mais usada a primeira, e vulgar ou plebeia a segunda, que só chegou a servir em literatura, popularmente nasalada, em farças e Autos em boca de populares ⁴¹.

Ambas desapareceram, porque a par delas havia *mesmo*

de *meesmo* = *metipsimus*, espécie de superlativo como *último próximo*, e do século XVI em diante os superlativos em *-issimo* (e *errimo*) que entraram na moda, a ponto tal que os *configuradores* formaram muitos burlescos como *nari-cissimo*, *doutorissimo*, *burrissimo*, *panissimo*, *passissimo*, *matematicissimo*, *fomissima*, além de *mesmissimo grande-sissimo*. Em vez de *graça mendes*, *tença mendes* e *Mofina Mendes*, podiam por isso ter dito também *graça gracissima*; *tença tencissima* e mesmo *Mofina mofinissima*.

Morfologicamente *medês*, por desaparecer da linguagem culta, nem chegou ao estado (analógico) de adjectivo biforme, de uniforme como fôra nos séculos XIII a XV, por ter sido equiparado aos adjectivos em *-es -ense*, (como *cortês português*). Sem isso a forma feminina de *metipse* teria sido *medéssa*, segundo as leis da metafonia nacional.

*

Agora a razão porque o Vilancete do Coração-mendes foi metido pelo Poeta no seu Rei Seleuco. — Continuo a não a destrinçar ⁴².

A única explicação que se aventou a respeito de toda a *Scena cómica* (VII) em que *Madonna Musica* tenta actuar benêficamente na melancolia do Príncipe apaixonado, é genêricamente que o Poeta se cingia à moda do tempo que mandava enfeitar representações scênicas com música e bel-canto; e quanto à espécie é o desejo natural do Poeta de 'fazer ouvir *coram publico* as suas últimas criações líricas, inéditas.

E composições alegres e engraçadas como a dos *olhos-gonçalves* (eficazes se toda a côrte portugueza sabia a quem elles pertenciam), e como a que diz

Enforquei minha esperança,
mas o Amor foi tão madraço
que me cortou o braço,

entravam menos mal em toda a comédia representada, quer para celebrar núpcias, quer para outro qualquer dia festivo.

Mas ainda assim compreende-se que o comentador W. Storck procurasse e que eu continue a querer relacionar especial e intimamente ambos os Vilancetes com o romance de amor do próprio Poeta, imaginando que entre os convidados do Reposteiro-mór de D. João III estivesse como Dama da Rainha, a amada Natércia, à qual elle, disfarçado em Porteiro brigão e impetuoso, se dirigisse, falando ou cantando não sómente dos belos olhos dela (azues esverdeados, nesse caso) mas também *sub rosa* das suas esperanças redivivas.

Nas outras Comédias camonianas — tanto nos *Anfitriões* como no *Filodemo*, — os versos cantados não tem character pessoal. São em parte alheios, em parte populares, brincadeiras em que se joga com a palavra *penas*⁴³, ou cantigas muito velhas acompanhadas de música vulgar, ou paródias burlescas: verdadeiros disparates de parvos e bobos, destinados a excitarem a hilaridade dos ouvintes.

Lembro ao leitor o que diz *Lyrio, lyrio, lyrio louco!* ou *Soropicote, picote, mozas!* ou *Dongolondron con Dongolondrera!* ou *Coração de carne crua!* Ou, se me exigirem um Vilancete aos olhos de qualquer bela lembro-lhe a paródia de *yo por vos, y vos por otro* que diz em estilo prosaico ou de jogador

«Vós por outrem, e eu por vós,
vós contente e eu penado,
vós casada, eu cansado.

*

«Olhai em quão fundos vaos
por vossa causa me afogo,
que outro me gánha no jogo
e eu triste pago os paos.

Olhos travessos e maos,
inda eu veja o meu cuidado
por esse vosso trocado.

No *Preludio* realístico do Rei Selenco ha outro, muito mais extravagante. Mas só nesse Prelúdio esdrúxulo.

Comparando tais versos com o Soneto de Hipólito e Fedra (lido' pela Rainha Estratónica, e obra do seu enteado apaixonado), relacionado pelo assunto com o entretcho da comédia, e os Vilancetes dos Olhos-gonçalves e do Baraço, em que a alma do Poeta projecta, rindo, para fóra as suas esperanças e saudades, nota-se uma flagrante diferença, cuja motivação o comentador tem de procurar.

E à vista da tradição literária que attribua a uma representação do *Rei Seleuco* o desterro do Poeta, algumas das conjecturas de Storck não me aparecem ainda hoje destituídas de razão.

Ha todavia uma dificuldade; a das datas. Se fôr certa a minha interpretação das alusões do Vilancete às alcunhas *Cara sem-olhos* e *Diabo*, a comédia não foi composta em 1546, nem em 1549, mas depois da campanha de Ceuta. Entre 1551 ou 1552.

¹ 1.º) *O Vilancete de Camões à Senhora dos Olhos-Gonçalves* — Separata do *Boletim da Segunda Classe*, Vol. X, 1917.

2.º) *O Imperfeito do Conjuntivo e o Infinito Pessoal no Português*, — 1914. —

Só agora — na revisão das provas reparo na data, e no facto de o Volume do *Boletim*, a que o trabalho se destinava ser o VII.º — Recorrendo a elle, verifiquei que o Sr. J. M. Rodrigues lêra a sua comunicação aos ilustres consócios da Academia a 24 de Abril de 1913 (vid. pag. 146-149). A impressão, essa realizou-se no Vol. VIII, pag. 72-93. Eu todavia (ignoro por que fatalidade) recebi a *Separata* em 1918.

² Dos *Olhos-Gonçalves* ocupei-me tanto no *Compte-rendu* da tradução alemã das *Obras de Camões* por Wilhelm Storck em *Zeit-*

schrift VII, 499-432, como na tradução de *Vida e Obras de Camões*, do mesmo § 176.—Ineditos estão Excursos meus que hão de formar a Segunda Parte, assim como as minhas observações relativas aos *Autos* traduzidos (Vol. VI) e em especial ao Rei Selenco, em que se canta o *Vilancete dos Olhos-gonçalves*.

Do Infinitivo português tratei em 1891, em *Romanische Forschungen VII*, num ensaio entitulado *Der portugiesische Infinitiv*, Erlangen 1891.

^{2b} Queda de *e* depois de *r*; e acentuação analógica (*laudáremos* por *laudarémus*).

³ *A* ou *para* ou *por*—ou sem qualquer preposição.

⁴ Esta epigrafe do Mote *Senhora, pois me chamaes*—*A hã Dama que lhe chamou diabo por nome Foã dos Anjos* talvez esteja no mesmo caso.—Veja-se todavia o que digo a esse respeito em *Vida e Obras* p. 418, nota.

⁵ Outra, relativa a *Trinca-fortes* até foi sonogada ao público pelo Visconde de Juromenha, por ser rude demais.

⁶ Além das duas Cartas que andam em todas as edições de *Camões*, veja-se a que foi publicada e comentada por Xavier da Cunha no *Boletim das Bibliothecas e Archivos Nacionaes*, Vol. I, p. 26-50.

⁷ *Garços*, como os que o Poeta celebra na Egloga VII? *verdes* como aqueles a que dedicou duas Redondilhas (*Menina dos olhos verdes e Senhora vós tudo tendes?*) castanhos? ou pretos?

⁸ *Olhos*, como espelhos de alma, e a própria *alma*, ou a sua parte melhor, o *coração*, e muitas vezes ambos juntos, foram assunto de composições líricas tanto no primeiro período da poesia nacional, como no segundo e todos os seguintes.—Como curiosidade lembro ao leitor que uma das poesias atribuídas a Luís de Camões em que figuram olhos pecadores, é... de Garcia de Resende! É a que principia *Pois é mais vosso que meu*...—Do próprio Camões são as que principiam *Olhos não vos mereci*—*Por uns olhos que fugiram*—*Pus o coração nos olhos*—*Pus meus olhos numa funda*, etc., etc.

⁹ Em regra *esso mesmo* substituiu *mendes*.

¹⁰ Citei-os todos na *Zeitschrift VII*.

¹¹ A omissão admira-me, sobretudo porque J. M. Rodrigues conhece o artigo em que extensamente falo dessa *Mofina Mendes*. Julgaria êle que *Mendes* era verdadeiro patronimico, e *Mofina* verdadeiro nome de batismo?—No estudo de G. de Vasconcellos Abreu sobre *A Influencia Indirecta no Auto da Mofina Mendes* (sic) de Gil Vicente dos Contos Apologos, e *Fabulas da India*—Lisboa 1902, não ha conjectura alguma a respeito do nome dado por Gil Vicente à sua pastorinha.—Colhi nele, comtudo, o impor-

tante facto de no *Panchatantra* o brahmane do pote de farinha, ter o nome *Svabhâva krpana* = *infeliz da sua condição*. E comquanto Vasconcellos de Abreu veja nisso «mera coincidência», estou persuadida do contrario, e tentarei apurar, em que fonte o dramaturgo português encontrou o apólogo da *Mofina Mendes*, (*Doña Truhana* entre os nossos vizinhos).

¹² Derivo *mofina* e *mofino* de *mofo* (germ. *muff* = bolor). — O francês *guignon*, derivado de *guigner* (pisar o olho) designa *le coup d'oeil jaloux du destin* = *as más olhadelas do destino*. As provas da popularidade de *mofino* são infinitas. Citarei uma só do *Auto de Fílodemo II*, 5 de Camões.

Solina : Sou *mofna*.

Duriano : Oh! real!

Assi que minha *mofna*
é minha imiga mortal!
Dias ha que eu imagino
qu'em vos amar e servir
não ha amador mais fino!
Mas sinto que de *mofno*
me *fino* sem o sentir.

¹³ Em singular contraste com *Camões-zarolho* está a interpretação que os Castelhanos deram a *El Camoes*: *El que amo és!*

¹⁴ Vid. *Zeitschrift*, l. c.

¹⁵ Vid. Soneto 7, 14: *Viol'ante, que lirio que nem rosa*.

¹⁶ Á espanhola (?) *Gracia* de *Morais* refere-se o *Mote*:

Olhos em que estão mil flores
e com tanta graça olhaes
que parece que os amores
moram onde vos moraes

No Soneto (289 *Ilustre Garcia*) não se joga com os nomes.

¹⁷ Ouçam o que a este respeito diz um autor genial e nada li-sonjeiro, que os especialistas de direito apreciam mesmo em Portugal: «Os olhos, com os quaes eu costumava vê-lo sem o conhecer, baseando-me em pinturas e relatos pessoaes, eram os olhos do todo-poderoso que lançava raios como o Imperativo histórico personificado: olhos de um *Jupiter Tonans*.

Mas os olhos que agora me era dado ver (nb. numa visita a *Varzim*) eram totalmente diversos (*gänzlich, gänzlich anders*), eram os de um homem de profunda sensibilidade (*Gemüt*), uns olhos cheios de alma, que falavam de paz, de benevolencia, de amor.

Se aquele dia eu não houvesse visto, ouvido, experimentado, sentido mais nada do que o olhar do canceler, levava comigo um donativo imperecível (sl; ást). Eu não fui capaz de desviar os meus olhos dos dele; internei-me, absorvi-me neles. Parecia-me que me submergia num lago profundo, intensamente azul». Vid. em *Rundschau* de Set. de 1908, p. 61). *Rudolf Von Ihering*.

¹⁸ Desde que Macias foi celebrado em uma bela Balada por Ludwig Uhland, o Namorado é familiar a todos os Alemães.

¹⁹ O próprio Storek (I, N.º 117) já indicou ao leitor alemão essa adaptação ou nacionalização, em forma um tanto diversa :

Euer Lotten-Augenpaar
schlug in Fesseln, wie zum Scherz
Herrin, dies mein Werther-Herz.

²⁰ Entendo que o *mendes* português fica bem traduzido pelo genitivo do plural, e penso no *Cantico dos Canticos* ou *Cantar dos Cantares*.

²¹ Por considerar o *Vilancete* como composto de 4 + 3 versos, ponho ponto depois de *alcunha*. Dessa estrutura típica já falei no meu livrinho sobre a *Saudade portuguesa* e novamente em outro sobre *Cantigas e Vilancetes* peninsulares, em via de publicação na *Revista de Filologia Española*.

²² O público de hoje esquece em geral que, embora só um dos olhos fôsse vasado, ou a falar com o próprio Poeta, embora êle ficasse a manquejar só de um olho, ambos tinham sido feridos. Esquece a formosa Canção autobiográfica em que o Poeta diz :

agora experimentando a furia rara
de Marte, que nos olhos quis que logo
visse e tocasse o acerbo fruto seu.

Cf. *Vida e Obras*, Cap. XIV e XV.

²³ Vid. nota 13. — Entre os nomes populares do que tem um só olho destaca-se o já citado *zarolho*. Estará por *çarr-olho* = *cerra-olho*? ou, visto que ha a variante *zan-olho*, será *sem-olho*?

²⁴ Nas edições das *Rimas*, o título é *A huma Dama que lhe chamou cara sem olhos*. Na *Cancioneiro Juromenha* ha *A huma senhora* etc. Já sabemos que as epígrafes nem sempre são fidedignas. E depois, os limites entre os dois nomes nobiliarquicos da mulher não eram nem são fixos, embora na boca de Camões o francesismo *dama* tenha em regra sentido injurioso, ou pelo menos frívolo. Baste uma citação das várias que há nas Cartas em prosa: «ha cá (em Lisboa)

dama tam dama que pelo ser de muitos, se a um mostra bom rosto porque lhe quer bem, aos outros não mostra roim, porque não lhe quer mal».

²⁵ Entendo: Mas deixarei de falar de olhos, uma vez que V. diz que en não os tenho.

²⁶ É a poesia já citada na 4.^a Anotação. Veja-se *Vida e Obras* § 197.

²⁷ Não percebo essa firmeza. Leiamos da vossa muita firmeza no sentido de *poder, poderio*.

²⁸ Os casos são inúmeros, mas por descargo de consciência alegarei alguns, que provêm de últimas leituras minhas. Dois da *Vingança de Agamenon* v. 257 de nos dar 'ambas marido v. 137 por essa arte 'em vão (= é em vão).

O processo de indicar tal contracção de duas vogais numa só pelo sinal grego chamado *coronis* parece-me muito bom, e tenho pena de não o ter empregado no *Cancioneiro da Ajuda*. Foi o nosso consocio J. J. Nunes que o introduziu de pág. 273 em diante na sua excelente reprodução da *Cronica da Ordem dos Frades Menores* (1918). Conteí até agora uns quinze exemplos não sinalizados pelo autor, p. ex. II, 18: *ex que arvor supitamente foi arrancada; I, 172 e estando alma do corpo fora*.

²⁹ Melhor seria «e depois de o coração lh'a haver aposto».

³⁰ Tem cabimento aqui a observação de J. M. Rodrigues (p. 6). O despropósito só desaparecia, substituindo nós por boca a palavra *olhos*.

³¹ Freqüentíssimo no *Cancioneiro da Ajuda*.

³² Na *Cronica da Ordem dos Frades Menores* ha empunhar (*impugnare*) com o sentido de combater (I 67).

³³ Parece que *punha* oferece dificuldades a estrangeiros. — Richard Otto, *Der portugiesische Infinitiv bei Camões* tirou (p. 353) de *punha* e *ponha* um infinito *ponhar-se!*

³⁴ A contracção de *põer, poër* effectuou-se, creio, onde o infinito todo era átono: isto é no futuro.—*Punha* está por *põia, poni(b)a(t)* por *ponebat*.

³⁵ Temos *apõer* no *Canc. da Ajuda*, v. 182, 3783, 8088, 9847, no *Canc. G. Brancuti* N.º 213, e nas *Cant. de S. Maria* 391 e 411. Na Demanda do Santo Graal temos *gram culpa ele me apom* a fl. 173 etc. Das apostilas de mal dizer fala-se p. ex. nos *Livros de Linhagens*, P. M. H.; *Scriptores* p. 314.

³⁶ Não existe nem em francês nem em italiano. No francês arcaico houve todavia *medeps*.

³⁷ É erro escrever *medés*, como fazem muitos.

³⁸ No CA não rima nunca. No CM ha os passos seguintes :

63, 16 Disse-l'est' el Cond' e mui mais ca *três*
lle disseron aquesta razon *medês*
et el d'eles todos tal vergoña *prês*
que con vergoña se cuidou ir perder.

245, 19 E meteu ss'enton ao vao
en aquel rib *medês*
que sol non ouv'y mollado
pé, nen outro dano *prês*.

292, 20 Enton lle contou o sonno
ben de tal guisa *medês*
com' a vós ei já contado
Rima com *pês* (penset) *três*.

313, 14 e a nau alumeada
aquela ora *medês*
foi toda con oraridade
Em rima com *prês cortês*.

Do «Cancioneiro de Resende» extraí o seguinte passo (I 79) :

A nove dias do mês
dos onze meses do ano
da era d'oytenta tres
desta sentença *medês*
& auto palenceano, etc.

³⁹ Aos passos em prosa, (G. V., III, 237), alegados por J. M. Rodrigues, e só *um* em verso, não sei juntar nenhuns em verso com rima. No único que posso alegar, o respectivo *mendes* é nome próprio verdadeiro (nos *Autos de Prestes*, p. 127 e 250); e figurado no *Auto da Mofina Mendes* de Gil Vicente I, p. 113. À pergunta

E as vacas, Mofina Mendes?

ela responde:

Mas que cuidado vos *tendes*
de me pagar a soldada
que ha tanto me *retendes*!

Quanto a anfibologia do nome todo, ela ressalta de passos como

Mas cré que andou per i
mofina mendes, rapaz
.....
que a negra burra ruça
mofina mendes deu nella

e sobretudo

Agora posso eu dizer
e jurar e apostar
qu'és Mofina Mendes toda!

mas tambem

porque mais corre a mofina
vinte vezes qu'a raposa.

Com relação à acentuação veja-se ainda a exclamação

Mofina Mendes! ah Mofina Men!

em rima com *vem*, *tambem*.

⁴⁰ *Met*, posposto em *egomet* e *mihimet*, nasceu, segundo os filólogos modernos, de errônea separação vulgar do arcaico *egom + et(i)*.

⁴¹ As duplas formas *medês* e *mêndes* são paralelas de *endês* e *êndes* = *índex* e *indéx*, pronunciado artificialmente à latina, com dois acentos, quasi de igual força.

⁴² Vid. *Zeitschrift*, VII, 429-432 e *Vida e Obras* p. 383-387.

⁴³ P. ex.

Passarinbos que voaes
nesta manhã tão serena,
sabei que só minha pena,
rode encher mil cabeças.

II

O IMPERFEITO DO CONJUNTIVO E O INFINITO PESSOAL NO PORTUGUÊS

O tratado que o ilustre académico entitulou assim, propositadamente, para dar a conhecer desde o princípio que os dois problemas, por elle definitivamente solucionados quanto a Portugal, não são no fundo senão um só, é valiosíssimo e esclarecedor para todos os Romanistas.

A perda do *Imperfeito do Conjuntivo* latino, (chamado por outros *Optativo do Aoristo* ¹), não sòmente nas línguas neo-latinas, mas também já nos últimos séculos do Império, é considerada como facto assente desde os dias de Diez. Atribue-se de um lado à incerteza do seu emprego e freqüente substituição pelo conjuntivo mais-que-perfeito (*ama(vi)ssem* em vez de *amarem*); por um recuo portanto na concordância dos tempos, e pelo outro lado, à pouca pregnância da sua forma de que resultava igualdade ou quási igualdade fonética nas desinências romanizadas d'ele e de *amavero* e *amaverim* (fut. II e conj. perf.).

Nem mesmo as línguas peninsulares, em que a par do mais-que-perfeito (*amara* de *ama(ve)ram*) se manteve um usadíssimo conjuntivo do futuro, ou futuro hipotético, nascido por fusão dos já citados conj. perf. e fut. II (que já em latim se distinguiam apenas na primeira pes-

soa) nem mesmo essas se haviam aparentemente afastado da regra geral, segundo a doutrina corrente.

Visto que o próprio Diez se pronunciara neste sentido², era costume passar-se em silêncio, ou com um sorriso ou dito irónico, por quem não lhe dava fé inteira, sustentando que houve excepções e apontando esta tão conservadora faixa ocidental em que tantos vocábulos e modos de dizer e tantos usos e objectos de invenção latina continuam a existir; isto é, supondo que houve influxo do tempo, hoje realmente perdido como tal, no infinitivo pessoal da língua portugueza, abundantemente desenvolvido já antes de 1200³.

Apenas uma excepção começou a ser registada nas Gramáticas románicas, depois de num aprofundado estudo Karl Foth se ter occupado das evoluções que houve no emprego dos tempos latinos, demonstrando a existência do conjuntivo do imperfeito no dialecto logudorês da Ilha da Sardenha⁴.

A prova sufficiente do modo de ver dos Romanistas, dou-a, transcrevendo, da mais recente das obras gerais do maior successor de Diez, um parágrafo sobre o empobrecimento das formas verbais neo-latinas que, traduzido para português por A. da Guerra Judice, diz: «O imperfeito do subjuntivo ... só subsistiu em sardo; e a incerteza do seu emprêgo em alguns escritores latinos mostra-nos que já nos séculos III e IV, êste tempo faltava realmente na língua falada do continente»⁵.

Doravante será preciso juntar: «No extremo Occidente êsse tempo mantivera-se todavia até meados do século XVI. E por uma simples mas muito curiosa evolução syntactica, dele se projectara para fora em tempos prehistoricos, o infinitivo pessoal (*flexionado ou conjugado*) dos Portuguezes que vive e viça até hoje.»

Pelo estudo conciso, mas suficientemente documentado do Dr. J. M. Rodrigues ficaram estabelecidos os factos seguintes que coordeno cingindo-me, mas não em absoluto, à ordem seguida por elle, e não sem juntar algumas observações minhas.

1) Comquanto em Portugal como nos outros países neo-latinos, o conjuntivo do imperfeito não figure na tabela dos tempos verbais, hoje vivos⁶, e embora elle passasse efectivamente as suas funções ao mais-que-perfeito (*ama(vi)ssem* por *amarem*), houve coexistência de ambos durante séculos. A vitória completa de *amasse* é posterior a 1550 (*Décadas da Asia*).

Na prosa de historiadores quincentistas como João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Lopo de Sousa Coutinho — encontram-se, de longe em longe⁷, orações subordinadas de finalidade, dependentes de preteritos, quer imperfeitos (*era, queria*), quer perfeitos (*fizeram, leixaram*) pelo tipo

pera que (ele) fazer

no sentido de *para que fizesse; pera que poderem comprar* no sentido de *para que podessem comprar; té que verem*, no sentido de *até que vissem*. Na primeira *Década*, (I, 7, 2), lê-se p. ex.: «Leixaram-se estar té que, à custa de seu dano, verem que os Mouros lhe diziam verdade». Não faltam naturalmente, sobejam até orações com o conj. mais-que-perfeito, e também com o infinitivo conjugado (*até verem*), que são os unicamente empregadós em muitissimos autores.

Em Fernão Lopes (155) e Ruy de Pina ocorre o conjuntivo do imperfeito sobretudo em orações relativas, pelo tipo

nom minguava quem responder, por respondesse; faltava quem lho contradizer (por contradisresse); sentia que o Ifante nom as (estas falsidades) estranhar e castigar — por estranhasse e castigasse.

Orações que os gramáticos julgariam artificiais, feitas *ad hoc*, como as de H. Wernekke, se não estivessem autenticadas!

O Dr. J. M. Rodrigues inclue nessa secção ainda outros exemplos, extraídos do *Palmeirim de Inglaterra* de Francisco de Moraes, obra notável tanto pela elegância do estilo como pelo número de pensamentos justos e delicados que contêm. Mas eu afasto-me do seu modo de ver. Vejo um caso de anacoluthia no trecho que diz: «*Temo que, inda que concedesse nesse casamento do soldão, minha neta Pinarda não ser contente*»⁸. E na oração «*Como não tivessem escudos em que receber*»⁹ os encontros, ambos foram feridos», vejo um infinitivo *impessoal*, autenticado pela falta de desinência.

Quanto a um trecho de Duarte Galvão¹⁰ que apresenta variantes nos diversos manuscritos, e é por isso mesmo de grande valor, a sciência e consciência do investigador não o mete em linha de conta. Apenas o menciona numa Anotação.

2) Na linguagem luso-latina de que possuímos documentos, do século VIII ao XI, ora medianamente regular, ora barbaramente incorrectíssima, há numerosas orações em que figura o conjuntivo do imperfeito¹¹.

O tipo mais interessante e importante, que ocorre sobretudo em doações, é:

*placuit ut venderem — placuit ut venderemus*¹².

Substituído frequentemente por *quod fecessemus* ou *que fecessemus*, encontra-se às vezes com o conjuntivo mais-que-perfeito no mesmo período juntamente: *mandavi que*

filiassent . . . et ingenuerent (egenuarem) — ou dedissent et darent (costume aliás não desusado nem na linguagem do Imperio, nem em português quinhentista)⁴³. Tão pouco falta *placuit quod faciamus — placuit que faciamus*; nem tão pouco *placuit facere*.

3) Nesses mesmos documentos o conjuntivo do imperfeito ocorre em orações integrantes, mas sem a conjunção *ut*, respectivamente *quod, quid, que*. Tipo:

placuit nobis faceremus (n.º 377).

Ou então com substituição da partícula conjuncional por uma preposição, p. ex. em *Placuit nobis . . . in faceremus*.

Outras duas maneiras de empregar o conjuntivo do imperfeito há que, em opposição às antiquadas, perduraram longamente (4) e ainda subsistem (5).

4) Das obras do Padre António Vieira foram extraídas nove passos pelo tipo: *tinha em que poder tratar; deu-lhe que fazer; não sabia que fazer*; p. ex. *Depois que tivessem edificado casa e igreja, em que receber ao padre, então o viriam buscar*, ou: *As profecias deste ano . . . muito tem em que se poder cumprir*. São paralelos, no meu entender, do já citado passo de Francisco de Moraes: «*não tinham escudos em que receber os encontros*». — Em todos, menos um, a forma *finita* foi substituída pela *infinita*, geral, abstracta! E nesse — *não ha para que nos determos mais na prova* — vejo um paralelo dos registados na secção 1.^a

5) Nas interrogativas directas *que fazer? que dizer?*, intimamente ligadas a *não tenho (tinha, tive, terei) que fazer* ou *que dizer*, também não há desinência; e portanto não há noção pessoal, nem noção de tempo. Há uma forma *finita*, reduzida a *infinita*, impessoal.

Impossível negar que a pergunta *que fazer?* corresponde em absoluto a *quid facerem*, e que *não tinha que*

fazer seja *non habebam quid facerem*¹³. Mas à vista da invariabilidade da forma verbal, em português, e nos equivalentes espanhol, francês e italiano — *que hacer?* — *que faire?* — *chè fare?*¹⁴ teremos de assentar que muito cedo, já em latim vulgar, houve, na consciência dos povos, a mesma redução da forma finita a infinita¹⁵. Atrofia portanto, e não plétora como no infinitivo pessoal.

Voltando a *placuit nobis facerentus*, — em português arcaico *prougue nos fazermos*, — e a *placuit nobis... in faceremus* (*prougue nos em fazermos*, com nacionalização do acento, bem se vê), é evidente que em tais modismos já figura o infinitivo pessoal ou flexionado.

Ele saiu por assim dizer directa e mecanicamente, espontânea ou ingenuamente, do emprego ocidental do conjuntivo do imperfeito pelo processo extremamente simples da omissão da conjugação *ut*, (*quid*, *quod*, *que*).

Nada raro em latim clássico (J. M. Rodrigues cita entre outros exemplos *decrevit... darent* de Salustio, e *iussit... incederent* de Cesar), mais usada provavelmente em latim familiar, êsse processo vingara extraordinariamente em português, sobretudo depois de verbos *dicendi* e *sentiendi*¹⁶.

Em frases como *prougue nos fazermos* (e também *em fazermos*) a forma verbal só mudou de categoria, e de função.

Não houve *transfert* simples e puro das desinências verbais em geral, e em especial das do conjuntivo do imperfeito (e muito menos adaptação das desinências do futuro hipotético, como se pensava até à data), muito embora o próprio Dr. Rodrigues ainda diga que desligando-se de *amar*, *amares*, *amar*, *amarmos*, *amardes*, *amarem* as desinências pessoais *-es -mos -des -em* foram juntar-se à forma nominal do verbo, ficando novamente pessoais, sem noção do tempo.

E êsse processo realizou-se antes de Portugal existir

como estado independente, e antes de êle ter literatura, medrando a ponto tal que em 1200¹⁷, o infinitivo flexionado era empregado de todas as maneiras hoje conhecidas, em prosa e em verso (como deixei amplamente demonstrado em 1891), constituindo uma particularidade tão útil como feliz da lingua nacional; sinteticamente, com certeza, a mais original e fecunda de todas.

Realizou-se apenas em Portugal¹⁸ porque só no território galego-português o conjuntivo do imperfeito persistia, e somente lá havia identidade completa, foneticamente, entre os infinitivos em *-ar -êr -ir* e a primeira e terceira pessoa do conjuntivo do imperfeito. Só lá podia portanto resultar da omissão de *ut, quod, quid, que* identidade sintática e mudança de categoria, sem alteração qualquer de forma, a principio somente em orações subordinadas da primeira e terceira pessoa; mas por analogia, de aí a pouco, nas que conservaram as desinências pessoais distintivas do conjuntivo do imperfeito.

Atrofiado nas construções indicadas na secção 4 e 5, onde êle aparece despido dessas desinências pessoais distintivas, despido do caracter individual, com aparências de infinitivo portanto, o conjuntivo do imperfeito, substituído como já era na maioria dos casos pelo mais-que-perfeito, foi largando, no decorrer do tempo, o seu lugar ao infinitivo, seu substituto. Infinitivo individualizado, ou tornado activo e verdadeiramente verbal¹⁹.

*

À vista dos novos e definitivos resultados apurados pelo Académico português, os trabalhos anteriormente dedicados ao Infinitivo português, mas não utilizados por êle, merecem ser encarados e criticados debaixo do actual ponto de vista²⁰; pondo-se em relevo especial o mérito

de um autor que antevira a verdade, mas não chegara a agarrá-la, por falta de materiais.

Fá-lo-hei rapidamente.

No terceiro volume, da sua *Gramatica Romanica*, publicada em 1843, dedicada à Sintaxe, no capítulo (VII) relativo aos *Modos*, Friedrich Diez, tratando do Infinitivo, tentara naturalmente esclarecer a enigmática criação portuguesa. Eis os parágrafos respectivos, na tradução francesa de A. Morel-Fatio e Gaston Paris (1876).

VII, 2, 3: Le portugais présente un trait particulier qui se trouve déjà dans les textes les plus anciens. Il accorde à l'infinitif, pour désigner des rapports personnels, une flexion tout-à-fait verbale, mais comme le prouvent les prépositions dont on le fait précéder, ce mode ne devient pas pour cela un véritable temps. Toutefois cet infinitif ne s'emploie que dans le cas où il est possible de l'échanger contre un mode fini où par conséquent il peut se dégager du rapport de dépendance qui le rattache au verbe principal²⁴.

VIII, 3, 2: *Le sujet au nominatif*. — Il s'agit ici d'une construction étrangère au latin en vertu de laquelle on unit à l'infinitif un pronom ou un substantif au nominatif, en qualité de mot complémentaire, sans que ce mot se trouve dans un rapport organique avec un membre quelconque de la phrase. . . — Como exemplos dá, os dois castelhanos, já por mim citados *el decirlo yo no os ofenda, lo hice sin saberle ninguno*. — E continua: Peut-être cette transformation de la proposition composée en proposition simples tout en laissant le nominatif intact, est-elle une sorte de violence fait à la langue, et les phrases citées seraient elles des contractions pour *que lo digo*²² *yo no os ofendi* — *lo hice sin que lo supo ninguno*. On pourrait aussi expliquer de la même manière à peu près l'infinitif fléchi du portugais auquel on a en effet transporté, en l'empruntant précisément à la proposition composée, la

flexion personnelle du mode fini, en sorte que le *basta* que somos *dominantes* par exemple se serait peu à peu développé l'expression *basta sermos dominantes*...²³.

Quási meio século passou sem que alguém contestasse a plausibilidade da explicação²⁴.

O primeiro que se insurgiu contra ela foi um Romanista que se ocupara de gramática portugueza com interesse especial²⁵. Director de um estabelecimento de ensino de Weimar, H. Wernekke publicou em 1885 um estudo *Sobre a sintaxe do verbo português*²⁶, baseando-se nos numerosos exemplos que em extensas e criteriosas leituras colheira em autores modernos, de Gil Vicente em diante. No último capítulo e numa observação final, êle debela a teoria de Diez. Sustenta que o desaparecimento integral e sem vestígios do conjuntivo do imperfeito numa língua que como a portuguesa conservou todos os tempos latinos (abstraindo feita da forma perifrástica do futuro), é muito pouco provável. Mostra que há identidade formal absoluta entre o suposto conjuntivo do imperfeito e o infinitivo flexionado, tanto nos verbos fracos como nos fortes, e também que a função de ambos é igual, uma vez que se admita para a língua portugueza a possibilidade da omissão de *que*, em harmonia com a de *ut* em latim (p. ex. no discurso indirecto). Aventa também a possibilidade de preposições (*a, para, por, antes, até*), transformadas em conjunções pelo simples acrescento de *que*, se tornarem a transformar novamente em preposições, em orações como *não obstante (que) louvardes*. À procura de exemplos necessários com a conjunção *que*, e portanto com o conjuntivo do imperfeito²⁷, só encontrou dois: um no *Leal Conselheiro* de D. Duarte, outro nos *Foros* publicados nos *Ineditos de Historia portuguesa*. Mas por serem tão poucos, isolados, em frente de centenas de exemplos sem *que*, e tão distantes dos exemplos clássicos e modernos que juntara, não os acha suficientes,

lamentando não dispor de materiais suficientes arcaicos que lhe permitissem autenticar a suposta evolução histórica.

Outro investigador alemão elucidou, pouco depois, a fundo e com proveito para os estudiosos *O infinitivo nas obras de Camões*²⁸, isto é, o infinitivo comum e impessoal. Mostrando que muitas das construções infinitivas do Poeta são imitações conscientes de modelos latinos, examina também, intrigado, a curiosa formação (*die seltsame Gestaltung*) do infinitivo flexionado, cuja etimologia é tão enigmática como é eminente a sua importância sintáctica.

Achando pouco provável, complicada e muda quanto à genese, a explicação de Diez, Richard Otter impugna igualmente a de Wernekke²⁹.

«Para o Romanista o conjuntivo do imperfeito latino já não existe (*ist überhaupt nicht mehr vorhanden*). Seria um capricho curioso da evolução linguística se unicamente no português, tão rigorosamente analítico, as formas *amarem, haberem, audirem* se tivessem conservado»...

«Outra impossibilidade absoluta é, a meu ver, a hipótese da eliminação de *que*³⁰. Lendo repetidas vezes os exemplos de Wernekke recebi a impressão de construções artificiosas. Seguramente nunca será documentada uma oração do tipo *não poderam persuadir-te a que jurares*. E não há esperança de na língua-mãe se encontrarem tais formações sintácticas» (p. 372)³¹.

Em opposição tanto a Diez como a Wernekke advoga a faculdade criadora das línguas românicas. Deseja libertar-se da teoria complicada das metamorfoses e dos cruzamentos. Dá a devida importância ao papel preponderante das desinências flexivas em português.

No Capítulo (III) sobre *O Infinitivo com Sujeito* define o Infinitivo pessoal em que as desinências substituem os pronomes pessoais, do modo seguinte:

«O infinitivo flexionado é aquela forma do Nominativo

cum infinitivo em que o pronome que faz de Nominativo foi substituído pelas desinências verbais que em português tem pleno valor pronominal».

Finalmente assenta que as mais encorpadas terminações *-mos*, *-des*, seriam provavelmente as primeiras que substituiriam os pronomes *nos*, *vos*.

*

Tendo estudado independentemente o infinitivo pessoal, li com vivo interesse os trabalhos de Wernekke e Otto e tentei completá-los, recorrendo a textos arcaicos e ao falar do povo, com o intuito de descobrir nas tendências dele o ponto de partida de tão original e útil criação.

Com simpatia para as ideias de Otto a respeito das faculdades inventivas ou do criacionismo ou vegetabilismo do português, que sempre sustentara e ainda sustento hoje ³²; dando muita prova do valor das desinências verbais e da consciência desse valor na mentalidade do povo; procurando também em *andar + mos* por *andar + nos* o ponto de partida para a conjugação do *infinitivo*, cheguei ainda assim a reconhecer que mesmo retrocedendo aos primeiros monumentos literários, não chegávamos a descobrir tal génese e a fixar historicamente as evoluções dele, visto que as suas funções todas já estavam estabelecidas antes de 1200 ³³.

É que, obcecada pela doutrina do desaparecimento do conjuntivo do imperfeito nos séculos anteriores à formação das línguas neo-latinas, não descobri os exemplos excepcionais agora reunidos por J. M. Rodrigues, nem prestei atenção às formulas de syntaxe bárbara nos Monumentos Históricos de Portugal, embora os manuseasse a miúdo com fins sobretudo lexicológicos e etimológicos.

Presas a teorias velhas de impossibilidades como a de

uma forma finita passar a infinita, e de o verbo infinito passar a finito, cheguei a afirmar:

«Se não posso ver no conjuntivo do futuro o tempo de que saiu o infinitivo flexionado português (por êle ser igual ao infinitivo sòmente nos verbos fracos), muito menos o posso ver no conjuntivo do imperfecto, meramente hipotético, visto que êle não se manteve até à época neo-latina».

E em outra página: «Falta toda a prova da sua existência em Portugal».

*

Contra todos os três infinitófilos, comquanto directamente só contra mim, tomou a palavra o ilustre Hugo Schuchardt, combatendo em forma amabilíssima de um lado a ideia do criacionismo, ou seja a minha poetização, o meu animismo linguístico; e pelo outro lado a meticulosidade com que piedosamente poupava a velha terminologia gramatical, os velhos andaimes (*das alte Gerüst*), falando p. ex. de nominativos e acusativos.

No artigo do *Literaturblatt*³⁴, recheado de conceitos gerais de rial valor³⁵, advoga a ideia de o infinitivo português não ser criação — *Neubildung* — mas apenas *Umbildung*: transformação ou adaptação de construções vindas de Roma; e lança a hipótese, a que já me referi, dos cruzamentos, das fusões e contaminações syntacticas³⁶.

Quanto à génese o grande poliglota, conhecedor do descobrimento de restos de um conjuntivo do imperfecto no dialecto logudorês da Sardenha, e de suspeitas da sua existência na Itália, diz:

«Apesar disso sou de opinião que o infinitivo flexionado não deriva do conjuntivo do imperfecto. A sorte desse tempo devia ser de três uma: êle acabava com o conjuntivo do futuro; desaparecia perante êle; ou fusio-

nava com ele. Mas o último caso não se deu. O conjuntivo do futuro português não exerce nenhuma das funções do conjuntivo do imperfeito, nem mesmo tem o seu significado condicional»³⁷.

Posteriormente o autor da Gramática científica portuguesa do *Grundriss* de Groeber, Jules Cornu, fez referências a todos os trabalhos indicados (§ 322, nota), mas sem emitir as suas ideias próprias.

*

Depois de conhecerem o estudo do académico português todos os lusitanófilos ficarão, por certo, persuadidos de que foi realmente o segundo caso apontado por Schuchardt que se deu; mas também de que a luta ou concorrência durou, contra o que os filólogos imaginaram, até 1550, deixando vestígios mesmo na língua moderna; e sobretudo de que, antes de desaparecer, o conjuntivo do imperfeito havia originado o infinitivo flexionado pela omissão, inutilmente contestada, de *que*³⁸. E comigo aplaudirão satisfeitos, a paciência e a acribia do Dr. J. M. Rodrigues.

Os italianos também hão de reconsiderar, a respeito do passo de Dante Alighieri, em que um conjuntivo do imperfeito parece subsistir em *chiamare* < *clamarent*³⁹, e de diversos outros, apontados por U. Canello.

Talvez cheguem a assentar como nós portugueses que, embora esse conjuntivo não tivesse vida longa e tranquila, foi morrendo mais de vagar do que até aqui se julgara, mesmo no território italiano.

*

Para findar ofereço ao feliz descobridor como modesto *xenion*, alguns exemplos curiosos do emprêgo do conjun-

tivo do imperfeito em poesias trovadorescas. Colhi-os, neste verão que está a findar, ao elaborar o *Elucidario do Cancioneiro da Ajuda*, que conto apresentar à Academia das Ciências.

O primeiro exemplo diz :

E veede se mi á mester
d'atal parenta ben querer :
que m'ei a queixar se quiser' ⁴⁰
lhe pedir alg(o) u a veer' (CA 956)

Veer < *viderem* (em rima com *querer*), onde hoje diríamos *onde quer que a vir* (conj. fut.) ou *onde quer que chegue a vê-la*. É de um dos mais velhos trovadores que começou a poetar antes de 1200: *Paay Soares de Taveiroos* ⁴¹.

Os outros dois ocorrem em obras de poetas afonsinos: *Pero Garcia, Burgalès* (isto é de Burgos, de Castela) e *Ruy Queimado*.

Eis o seu teor :

E se m'esto contra vós non valer',
non me valrá logu'i se morte non. (A 2000)

Valer, em rima com *parecer* (inf.) equivale a *valeret* (a conservação do *l* intervocalico é devida ao influxo do imperativo, muito usado, e da 3.^a p. do pres. do indicativo *val*, assim como ao perfeito *valvi* < *valui*).

Pois minha senhor me manda
que non vaa u ela seer',
quero lh'eu por ên dizer
pois m'o ela (a)ssi demanda (CA 9343)

A êsses acrescento ainda um da *Demanda do Graal* (p. 35, 32): «E assi será jaquanto minha vontade comprida, ca, se deos ajude, nunca tanto desegeẽ rem como

veer o bõo cavalleiro que deste scudo *seer* senhor». *Se-deret* por *fuertit*, outra vez um conj. imp. em vez de um conj. fut.

Os exemplos apontados por H. Wernekke, mas não tomados em conta de seguros, e com razão, porque podem ser casos de anacolútia, são os seguintes:

«Veemos *que* per a Igreja *seer* defeso que certos meses sem special caso de necessydade non entre no mar» (*Leal Conselheiro*, ed. Roquette, p. 308).

«Costume he *que* de porcos ou dovelhas ou de cabras que andarem nas vyn[h]as *darem* huã almude de vyn[h]o de diã, e de noyte *darem* dous almudes»⁴².

Continuando a ler, com olhos abertos, seguramente havemos de encontrar muitos mais exemplos nos outros dois cancioneiros arcaicos e nas prosas dos séculos XIV e XV.

P. S. lendo com atenção os dois volumes da *Crónica dos Frades Menores*, não encontrei exemplo algum (em 683 páginas escritas em estilo muito familiar, sobretudo quanto à fonética).

*

Para a história do infinitivo flexionado acho importante uma observação de F. A. Coelho.

A identidade fonética entre o infinitivo flexionado e o conjuntivo do futuro nos verbos fracos, leva o vulgo e muita gente que se julga culta, a confundir os dois, e a dar ao tempo finito dos verbos fortes a forma do infinitivo.

Ouve-se por isso bastantes vezes: *se caber* por *se couber*; *se nos darmos* por *se nos dermos*; *quando virmos* por *quando viermos*⁴³.

Apontarei ainda, como amostra dos processos democráticos, empregados pelo povo português, a fórmula

fomos indos, que é do Algarve; e os pretéritos perfeitos açorianos *casarmox*, *vendermox*, *fugirmox* por *casámos*, *vendemos*, *fugimos*, empregados para os distinguirem claramente das 4.^{as} pessoas do presente *casamos*, *vendemos*, *fugimos*⁴⁴.

De cartas particulares que recebi outrora a respeito do meu infinitivo citarei apenas duas frases de Romanistas notáveis:

«Os estrangeiros hão de evitar cuidadosamente o infinitivo pessoal».

«Os Gileaditas portuguezes hão de reconhecer sempre nesse Schibloeth os Efraimitas estrangeiros».

São homenagens à originalidade do procedimento portuguez.

¹ P. ex. pelo douto latinista Dr. Gonçálves Guimarães (*Instituto*, XLV, p. 114-115). Hugo Schuchardt dá o nome de *optativo aorístico* ao conj. do perfeito, o que se compreende, à vista das funções iguais de ambos em portuguez.

² Em 1840, no vol. II da *Gramática*. Veja-se a tradução francesa de Morel-Fatio e Gaston Paris (1874), vol. II, p. 106: Subjonctif: *L'imparfait est partout éteint*.

³ O italiano U. A. Canello, ao querer demonstrar que em italiano houve no século XIV formas que aparentemente correspondem ao conj. do imperfeito, mas, segundo elle, provêm do conj. perf. (v. g. *chiamare* < *clamarint* e não *clamarent*) falou com ironia dos bons senhores que criam nele, repetindo que esse se perdera havia tempo, *dalle lingue che sorgevano dal latino*. *Clamarent* era troppo simile all'infinito *clamare* e al *piuccheperfetto* indicativo *clamarant* per poter vivere tranquillo accanto a loro». *Rivista di Filologia Romanica*, 1872, vol. I, p. 50.

Eu procedi também assim, com respeito a H. Wérneke, cingindo-me aos mestres (1891).

⁴ *Die Verschiebung lateinischer Tempora in den romanischen Sprachen*, em *Romanische Studien*, II, p. 242-330 (1876). A descoberta de K. Foth foi confirmada posteriormente por G. Hofmann (1885). Cfr. Meyer-Lübke, *Grammatik*, II, § 264.

⁵ § 168 do original; 158 da tradução portugueza: W. Meyer-Lübke, *Introdução ao Estudo da Glotologia Romanica*. Redacção

portuguesa de António da Guerra Judice, professor do Liceu de Faro; Lisboa, 1916. — Pena é que obra tão útil e bem feita, (apesar de algumas caturrices, como a substituição de *acento tónico* por *predominância*) seja viciada pela falta de sinceridade do tradutor. Ele serviu-se abundantemente (não sei se exclusivamente) da versão castelhana, publicada em 1914 com autorização e ajuda de Meyer-Lübke. Todas as adições ao texto alemão, metidas entre parenteses arredondadas, pertencem a Américo Castro — particularidade que o português não menciona, nem mesmo nas Notas Finais, em que expõe quais acrescentos e alterações são da sua própria e exclusiva responsabilidade.

⁶ Os primeiros autores de gramáticas portuguesas ignoram a existência do conj. imperf. E isso, embora João de Barros o empregue.

⁷ Para dar ideia das proporções, contei os casos variados em que o infinitivo pessoal se encontra, perfeitamente caracterizado, na *Cronica de Afonso Henriques* de Duarte Galvão. São noventa contra dois, em que é um imperfeito do conjuntivo. No *Cancioneiro da Ajuda* há noventa infinitivos contra três conjuntivos. Na maioria das obras literárias não há exemplo algum da forma moribunda.

⁸ Também é possível haver erro de imprensa em *ser* por *seria*. Confira-se Epifanio Dias, *Syntaxe historica portuguesa*, § 481, 4.

⁹ *Receber* e não *receberem* (por recebessem).

¹⁰ *Cronica de Afonso Henriques*, cap. 50 (da ed. de 1906). «Porque... o lugar ser muito estreito, deu ainda mais azo», etc. As variantes são por... *ser*; *porque era*; *pello lugar... ser*.

¹¹ Os que o Dr. J. M. Rodrigues apresenta, extraiu-os naturalmente da colecção academica: *Portugaliae Monumenta historica — Diplomata et Chartae* (n.ºs 10, 14, 32, 46, 53, 473, 500, 848, 849, 851, 1097). Mas também de *Vimaranis Monumenta Historica*. Claro que ha exemplos em colecções congêneres e nas outras secções p. ex. em *Leges et Consuetudines*.

¹² Do século XII (a. 1177) é uma doação proveniente de Vairão que contém a fórmula bonita *Placuit michi ut* (pro amore honestatis et decus pulcritudinis tue) *donarem tibi*...

¹³ No próprio dia em que tracei estas linhas li, com um meu neto, em Eutropio IX, 20 *cum tumultum rusticani in Gallia concitassent et factioni suae Bacaudarum nomen imponerent duces autem haberent Amandum et Aelianum*. E na *Cronica* de A. H. de Galvão a p. 53 (cap. 7): *houveram todos seu acordo que estivessem com o Principe D. Affonso Anriques e o ajudarem contra elle*;

¹⁴ Quanto à opinião de Schuchardt e Meyer-Lübke que veem em *non so che fare* o produto de um cruzamento entre *non so che faccia* e *non so fare* [questa cosa], o Sr. Dr. Rodrigues diz muito bem que também se deve partir de expressões latinas como *Quid facerem?* — *Nil habebam quod facerem* — *Nesciebamus quod faceremus*.

¹⁵ Sem entrar em pormenores remeto o leitor ao § 274 (p. 216), da *Syntaxe historica* de Epifanio Dias, onde em explicação de casos portuguezes se citam alguns latinos como *Non invenimus lapides peregrinos quos ponere* e *De quo nos nihil amplius habemus quod dicere* Cfr. § 298, p. 236 e seg.

¹⁶ Exemplos característicos da minha colecção, que difficilmente terão paralelos em outras linguas neo-latinas são as seguintes: *Imaginarãam poderem conquistãr a felicidade* (moderno, do jornal *O Seculo*, de 1892) — *vendo compria serem escritos* (Fernão Lopes) — *e vos estais fingindo o não causastes* (Camões, soneto 208) — *temor tengo dirãr ser osadãa* (Henrique Garces a Camões, *Circulo Camoniano*, I, 323).

¹⁷ O exemplo com *in faceremus* é de 1012 (n.º 218 das *Chartae et Diplomata*, p. 133).

De textos escritos em vulgar e datados, o mais antigo, em que se nota a passagem do tempo finito a infinito parece ser o *Auto de Partilhas* de 1192, publicado diversas vezes, sem que os comentadores reconhecessem o character da fórmula *devison que fazemos... en esta maneira que Rodrigo Sanches ficar, por sa partiçon, na quinta do Condo de Viituriõ*. Publicado ultimamente de novo por Pedro de Azevedo, em *Documentos de Vairão*, Porto, 1912 (p. xi), foi citado naturalmente por J. M. Rodrigues (p. 17).

¹⁸ Mais exactamente no território galego-português, e esporadicamente na antiga fronteira leonesa.

¹⁹ A natureza verbal e activa da forma nominal manifesta-se, de resto, em muitas construções peninsulares, em que à moda grega ela tem sujeito e complemento gramatical. Sirvam de exemplos as construções típicas alegadas por Diez e Schuchardt: *El decirlo yo no os ofenda* — *este meu buscar ventura* — *el cantar yo inocentes amores*, comparáveis ao helenico το φιλεῖν τῶν πατέρα.

²⁰ Também torna-se preciso reconsiderar a respeito da cronologia dos diversos empregos do infinitivo pessoal, partindo dos tipos *cumpre irmos* e *para viverem*. Tarefa esta que conto realizar breve.

²¹ Continua mostrando as diversas maneiras de empregar o infinitivo, com sujeito propriamente seu, ou não; acompanhado de pronomes pessoais ou não, etc.

²² Leia-se *diga*, conforme já expliquei em 1891. No outro exemplo, tanto *supo* como *supiese* é aceitável.

²³ Os exemplos do infinitivo com sujeito, dados em seguida, são italianos, castelhanos e portugueses.

²⁴ A ideia de um cruzamento entre dois modos de dizer como *el decirlo no os ofenda* e *que yo lo diga no os ofenda* ou p. ex. de *cumpre-me andar* e *eu devo andar*, do qual resultassem *el decirlo yo*, etc. e *cumpre eu andar*, apresentada por Schuchardt em 1892, — evolução natural da ideia de Diez — é digna de aplauso, mas não explica a gênese do infinitivo flexionado.

²⁵ Na sua *Grammatik der portugiesischen Sprache* Carl von Reinhardtstoettner (Strassburg, 1878), mencionara apenas o infinitivo flexionado como especialidade (*besondere Fähigkeit*) da língua, identificando-o formalmente com o conj. fut. (§ 153), sem a restrição precisa, relativa aos verbos fortes.

²⁶ *Programm der Realschule I Ordnung* zu Weimar. Ostern, 1885. Inhalt 1.) *Zur Syntax des portugiesischen Verbs*. 2.) *Schulnachrichten. Vom Director*.

²⁷ Pelo tipo construído *ad hoc*: *não poderam persuadir-te a (que) jures*.

²⁸ Richard Otto, *Der portugiesische Infinitiv bei Camoës* em *Romanische Forschungen*, vi, 299-398 (Erlangen, 1891). Se o estudo de Wernekke mal enchia vinte páginas, êste estende-se por quasi cem.

²⁹ Na opposição que levanta aos exemplos de Wernekke há diversos erros, e igualmente na interpretação dos trechos camonianos. Ignora p. ex. que o verbo latino *sedeo* ministrou formas à conjugação tão anormal de *sum fui esse* (p. ex. o conj. *seja* e o infinitivo *ser < seer < sedere*). Tira de *resurjo* o infinitivo *resurjar* e de *ponho*, *punha*, *ponhar-se*.

³⁰ Remeto o leitor aos exemplos que citei na nota ¹⁶.

³¹ Os exemplos autenticos luso-latinos e neo-latinos de J. M. Rodrigues mostram a inanidade dessas hipóteses.

³² Citei p. ex. os plebeismos *hades* por *has de* e *handem*, *hadem* por *ham de*, em prova da mobilidade das desinências verbais.

³³ Carolina Michaëlis de Vasconcellos, *Der portugiesische Infinitiv*. — Erlangen, 1891. Separata de *Romanische Forschungen*, vii.

³⁴ Vol. xiii (1892), n.º 6, p. 197-206. No *Jahresbericht*, vol. iv, p. 333-336, tive de fazer um resumo dêsse *Compte-rendu* notável.

³⁵ Para mim p. ex. foi esclarecedora a definição do infinitivo como forma nominal sujeita à jurisdição do verbo.

³⁶ Os argumentos com que combate o meu hipotético *andar + mos* já não são válidos, visto que a existência de *mos* em Portugal

foi provada num artigo da *Revista Lusitana* (II, 241). Em cartas particulares tive de emendar este erro de apreciação, e vários outros de romanistas alemães. Todos reconheceram que *mos* era desinência realmente comum a todas as quatro pessoas do verbo, *-des* igualmente no período arcaico, com excepção do pret. perf. que tem *-tes, -teis*. Mas negavam que *-(e)s, -(e)m* o fossem. Quanto a *-s*, que falta também unicamente no pret. perf., mostrei que o vulgo, confundindo a 2.^a e a 5.^a pessoa (*tu* e *vós*) diz *fostes* em ambos os casos. E quanto à nasalização final da 6.^a pessoa representada por *(e)m*, expliquei que a grafia *ão* enganava, e que no período arcaico houve exclusivamente *amam, amavam, amêm, amassem, amáram* e *amarám*.

³⁷ Essa última afirmação pode ser combatida.

³⁸ Novamente remeto o leitor aos exemplos que citei na nota ¹⁶.

³⁹ O passo a que aludí na nota ³ é do princípio da *Vita Nuova* e diz: «Alli miei occhi apparve prima la gloriosa donna della mia mente, la quale fu da molti chiamata Beatrice, i quali non sapean che si chiamare». Com *li* ou *glí* por *si*, o sentido ficava mais claro.

Entre os dezassete passos da *Cronica rimada* de Aliprandino Bonamonte (141) há poucos como *e se in quello niun di voi mancare* em que o conj. do imp.^o servia bem... mas melhor ainda o do futuro. Nos demais as formas verbais em *are, ere, ire*, iguais ao infinitivo, parecem antes ser mais-que-perfeito.

⁴⁰ O apóstrofo com que no CA distingui sempre o conj. fut. (e conj. imp.) do infinitivo, não quer dizer de modo algum que formas com *e* final fossem usadas. É, conforme expliquei na Introdução, apenas um distintivo destinado a facilitar a compreensão. Nos pouquíssimos casos onde *e* final aparece depois de *r* (em fim de versos) há parage.

⁴¹ Vid. *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, p. 53, 203, 301 e 776.

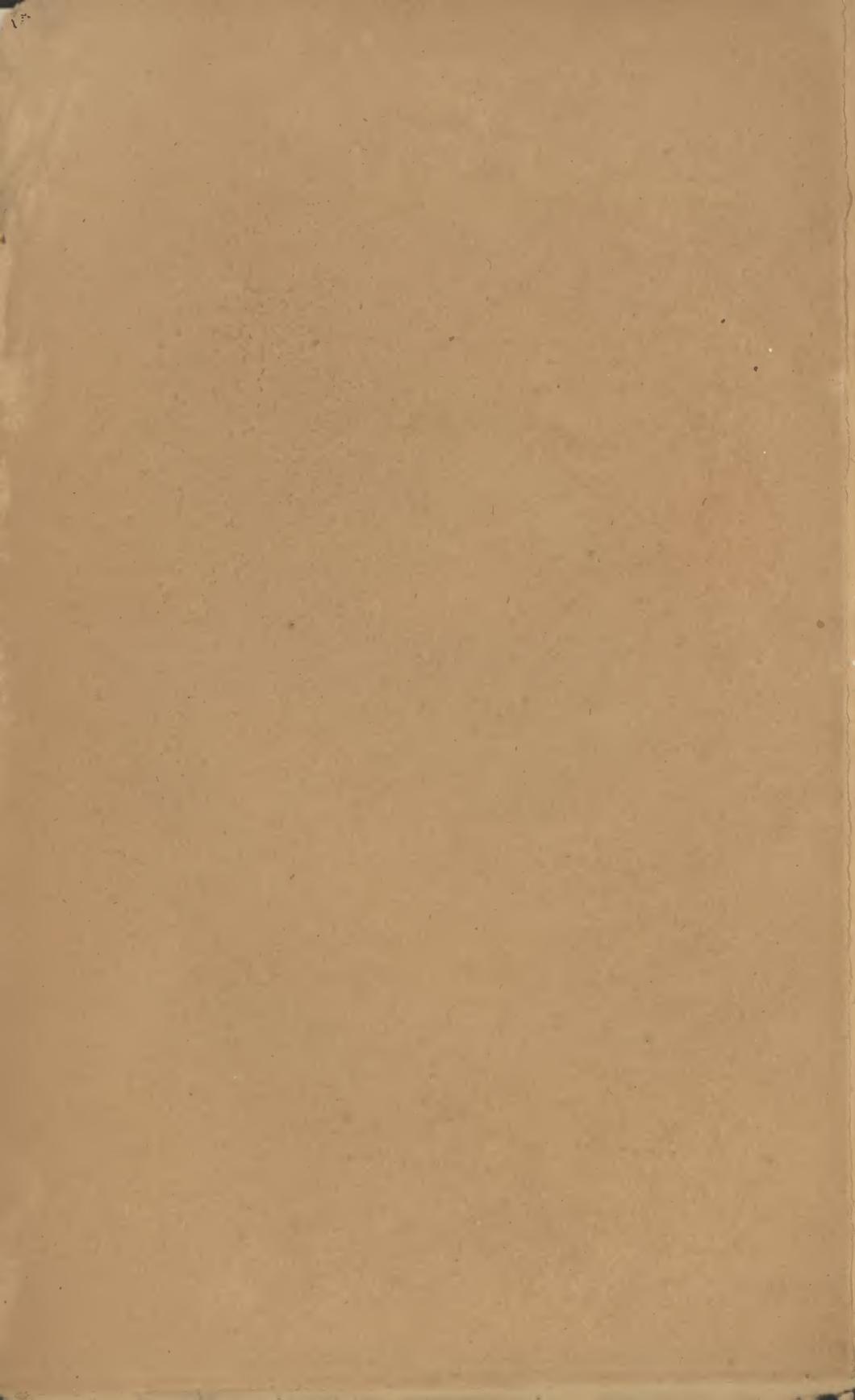
⁴² É no *Foro de Beja* (Inéditos, v, p. 511) e não no de Gravão que se acha este passo.

⁴³ Vid. *Círculo Camoniano*, II, 201-4, onde o autor se occupou do meu *Infinitivo Português*.

⁴⁴ Vid. *Rev. Lus.*, II, 301. Podem ser contrações do mais-que-perfeito *casáramos, vendêramos, fugíramos*.

Em Trás-os-Montes conseguem a distinção de outro modo, substituindo *-ámos* por *-êmos*. «Acordei cedo a minha gente, mas ainda assim cheguêmos tarde à estação».





THE HISTORY OF THE

AMERICAN REVOLUTION

The American Revolution was a period of intense political and social change in the United States. It began in the late 1760s and ended in 1783. The revolution was fought between the thirteen American colonies and Great Britain. The colonies sought independence from British rule and the establishment of a new government. The revolution was a result of the colonies' growing dissatisfaction with British policies and their desire for self-governance. The revolution was a turning point in the history of the United States, leading to the creation of the Constitution and the establishment of the United States as an independent nation.

ÚLTIMAS PUBLICAÇÕES

DA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Memórias da Primeira Classe, tom. VII, parte II	1\$20
Memórias da Segunda Classe, tom. XIII	1\$20
Actas das Assembleias Gerais, vol. III	20
Actas da Primeira Classe, vol. II	20
Boletim da Segunda Classe, vol. XI, n.º 2	55
Jornal de Ciências Matematicas, 3.ª série, n.º 4	50
Boletim Bibliográfico, 2.ª série, vol. II, n.º 1	40
Cartas de Afonso de Albuquerque, vol. VI	1\$00
Portugaliae Monumenta Historica «Inquisitiones», vol. I, parte II, fasc. VI	1\$80
Melo Breyner — Arsenicais e sífilis	40
Franco Barreto — Relação da Embaixada a França em 1641	1\$50
Joaquim Nunes — Crónica da Ordem dos Frades Menores, vol. II	1\$00
Matos Sequeira — Depois do Terremoto, vol. II	1\$50
Sá Chaves — Subsídios para a história militar das nossas lutas civis, vol. II	1\$20
D. G. Dalgado — Lord Byron's childe harold's pilgrimage to Portugal	60
D. João I — Livro da Montaria	1\$50

MONUMENTOS DE LITERATURA DRAMÁTICA PORTUGUESA

I. — Jorge Ferreira de Vasconcelos — Eufrosina (em publicação).	
II. — Ayres Victoria — A vingança de Agamenom	40
III. — Jerónimo Ribeiro — Auto do fisico	30

COMISSÃO DOS CENTENÁRIOS DE CEUTA E ALBUQUERQUE

Pedro de Azevedo — Documentos das Chancelarias Reais, tom. I	1\$50
V. Guimarães — Marrocos e os tres mestres da Ordem de Cristo	1\$20
Sessão dos Centenários	15
D. Jeronimo de Mascarenhas — Historia da Ciudad de Ceuta	1\$30

À VENDA NO ARMAZEM DA ACADEMIA

Rua do Arco a Jesus 113 — Lisboa